

7. Os Coeficientes Ponderadores (CP), definidos no artigo 12 do Decreto nº 50.667, de 30 de março de 2006, com as classificações, valores e condicionantes descritos na Resolução CRH nº 90, de 10 de dezembro de 2008, serão empregados conforme segue:

7.1. Coeficientes ponderadores para captação, extração e derivação:

Descrição	CP	Classificação	Valor
A natureza do corpo d'água	X <sub>1</sub>	Superficial	1,00
		Subterrâneo	1,00
A classe de uso preponderante em que estiver enquadrado o corpo d'água no local do uso ou da derivação (Decreto Estadual 10.755/77)	X <sub>2</sub>	Classe 1	1,10
		Classe 2	1,00
		Classe 3	0,95
		Classe 4	0,90
A disponibilidade hídrica local (Vazão Total de Demanda/Vazão de Referência) Vazão de Ref = Vazão Q <sub>7,10</sub> + Vazão Potencial dos Aquíferos Local = Divisão de sub-UGRHI na UGRHI, se não existir é para UGRHI	X <sub>3</sub>	Muito alta (< 0,25)	0,90
		Alta (≥ 0,25 e < 0,4)	0,95
		Média (≥ 0,4 e < 0,5)	1,00
		Crítica (≥ 0,5 e < 0,8)	1,05
		Muito crítica (≥ 0,8)	1,10
O volume captado, extraído ou derivado e seu regime de variação	X <sub>5</sub>	Sem medição	1,00
		Com medição	1,00
A finalidade do uso	X <sub>7</sub>	Sistema público	1,00
		Solução alternativa	1,00
		Indústria	1,00
A transposição de bacia	X <sub>13</sub>	Existente	1,00
		Não existente	1,00

**7.2.** Coeficientes ponderadores para consumo:

Descrição	CP	Classificação	Valor
A natureza do corpo d'água	X <sub>1</sub>	*	1,0
A classe de uso preponderante em que estiver enquadrado o corpo d'água no local do uso ou da derivação	X <sub>2</sub>	*	1,0
A disponibilidade hídrica local	X <sub>3</sub>	*	1,0
O volume captado, extraído ou derivado e seu regime de variação	X <sub>5</sub>	*	1,0
O consumo efetivo ou volume consumido	X <sub>6</sub>		1,0
A finalidade do uso	X <sub>7</sub>	*	1,0
A transposição de bacia	X <sub>13</sub>	*	1,0

\* Coeficiente ponderador já considerado para captação, extração e derivação.

**7.3.** Coeficientes ponderadores para diluição, transporte e assimilação de efluentes (carga lançada):

Descrição	CP	Classificação	Valor
Classe de uso preponderante	Y <sub>1</sub>	Classe 2	1,00
		Classe 3	0,95
		Classe 4	0,90
Carga Lançada e seu regime de variação na Bacia	Y <sub>3</sub>	> 95% de remoção	0,80
		> 90 a ≤ 95% de remoção	0,85
		> 85 a ≤ 90% de remoção	0,90
		> 80 a ≤ 85% de remoção	0,95
		= 80% de remoção	1,00
Natureza da Atividade	Y <sub>4</sub>	Sistema Público	1,00
		Solução Alternativa	1,00
		Indústria	1,00

**8.** Em relação ao Coeficiente Ponderador Y<sub>3</sub>, definido na alínea C do inciso II, do artigo 12 do Decreto nº 50.667, de 30 de março de 2006, será calculado em função da percentagem de remoção (PR) de carga orgânica (DBO<sub>5,20</sub>), na Estação de Tratamento de Efluentes – ETE (industriais e domésticos), a ser apurada por meio de amostragem representativa dos efluentes bruto e tratado (final), em cada ponto de lançamento.

**8.1.** As amostragens para avaliação das cargas orgânicas afluentes e efluentes à ETE, assim

como dos corpos d’água receptores, deverão ser realizadas simultaneamente obedecendo à Nota Técnica anexa à Resolução SERHS/SMA nº 01, de 22 de dezembro de 2006, prevista no inciso V do artigo 4º da Deliberação CRH nº 90, de 10 de dezembro de 2008.

**8.2.** Para os usuários de recursos hídricos que captam água, para uso em resfriamento, por meio do sistema aberto e independente do processo de produção, onde não ocorra acréscimo de carga de DBO<sub>5,20</sub> entre a captação e lançamento no corpo d’água, será adotado Y<sub>3</sub> = 1,00, carga poluidora DBO<sub>5,20</sub> = 0 kgDBO/m³, assim como, não será considerada a realização do consumo.

**9.** A cobrança pela captação, extração ou derivação de água será feita de acordo com o previsto no Decreto n.º 50.667, de 30 de março de 2006, destacadamente o previsto no § 3º do artigo 12 e nos itens 2 e 3 do seu Anexo, adotando-se para o cálculo os pesos K<sub>OUT</sub> = 0,3 (três décimos) e K<sub>MED</sub> = 0,7 (sete décimos), sendo que: K<sub>OUT</sub> + K<sub>MED</sub> = 1.

**9.1.** Quando não existir medição dos volumes captados, será adotado K<sub>OUT</sub> = 1 e K<sub>MED</sub> = 0.

**9.2.** Quando “V<sub>CAP MED</sub>/V<sub>CAP OUT</sub>” for maior que 1 (um), será adotado K<sub>OUT</sub> = 0 e K<sub>MED</sub> = 1 e o usuário deverá solicitar retificação da outorga de direito de uso de

recursos hídricos e estará sujeito às penalidades previstas na legislação.

**9.3.** O Volume de água captado outorgado (V<sub>CAP OUT</sub>) será aquele constante da Portaria de Outorga.

**9.4.** O Volume de água captado medido (V<sub>CAP MED</sub>) será aquele segundo medição que deverá ser feita por meio de equipamentos aceitos pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE.

10. Para o caso específico dos usuários de mineração de areia, adotar-se-á o volume outorgado/licenciado para a captação e 5% deste valor como consumo efetivo de água, não sendo considerada a carga lançada.

11. Os recursos a serem arrecadados com a cobrança prevista neste Decreto, serão aplicados nos Programas de Duração Continuada – PDC’s constantes da Deliberação CRH n.º 55, de 15 de abril de 2005, e referentes ao Plano de Bacia Hidrográfica dos Rios Turvo/Grande, aprovado pela Deliberação CBH-TG nº 144/08, de 15 de dezembro de 2008, conforme segue:

a) PDC 1 (BASE DE DADOS, CADASTROS, ESTUDOS E LEVANTAMENTOS): aplicação de até 15% do arrecadado, correspondendo a aproximadamente 81% dos investimentos previstos para serem aplicados neste PDC, como previsto no Plano de Bacia Hidrográfica dos Rios Turvo/Grande;

b) PDC 2 (GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS): aplicação de até 15% do arrecadado, correspondendo a 100% dos investimentos previstos para serem aplicados neste PDC, como previsto no Plano de Bacia Hidrográfica dos Rios Turvo/Grande;

c) PDC 3 (RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DOS CORPOS D’ÁGUA): aplicação de até 20% do arrecadado, correspondendo a aproximadamente 16,9% dos investimentos previstos para serem aplicados neste PDC, como previsto no Plano de Bacia Hidrográfica dos Rios Turvo /Grande;

d) PDC 4 (CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS CORPOS D’ ÁGUA): aplicação de no mínimo 15% do arrecadado, correspondendo a 100% dos investimentos previstos para serem aplicados neste PDC, como previsto no Plano de Bacia Hidrográfica dos Rios Turvo/ Grande;

e) PDC 5 (PROMOÇÃO DO USO RACIONAL DOS RECURSOS HÍDRICOS): aplicação de até 15% do arrecadado, correspondendo a aproximadamente 52,8% dos investimentos previstos para serem aplicados neste PDC, como previsto no Plano de Bacia Hidrográfica dos Rios Turvo /Grande;

f) PDC 7 (PREVENÇÃO E DEFESA CONTRA EVENTOS HIDROLÓGICOS EXTREMOS): aplicação de até 10% do arrecadado, correspondendo a aproximadamente 72,9% dos investimentos previstos para serem aplicados neste PDC, como previsto no Plano de Bacia Hidrográfica dos Rios Turvo /Grande;

g) PDC 8 (CAPACITAÇÃO TÉCNICA, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL): aplicação de até 10% do arrecadado, correspondendo a 100% dos investimentos previstos para serem aplicados neste PDC, como previsto no Plano de Bacia Hidrográfica dos Rios Turvo/Grande.

11.1. Anualmente, o Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Turvo/Grande definirá o percentual de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança em cada Programa de Duração Continuada definidos no “caput” deste item, obedecendo aos limites estabelecidos nas letras de “a” até “g”, cuja somatória não deverá ultrapassar 100% do valor arrecadado.

11.2. Não atingido o percentual de investimento com os recursos a serem arrecadados com a cobrança em qualquer um dos PDC’s definidos, deverá ocorrer o remanejamento proporcional do saldo remanescente para os demais PDC’s previstos no “caput” deste item.

12. A cobrança pelos usos urbano e industrial dos recursos hídricos no âmbito da Bacia Hidrográfica dos Rios Turvo/Grande, será realizada pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, até que estudos técnicos e econômicos indiquem a viabilidade da instalação da Agência de Bacia.

## DECRETO 61.347, DE 6 DE JULHO DE 2015

*Aprova e fixa os valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, dos usuários urbanos e industriais, nas Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos Aguapeí e Peixe*

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei 7.663, de 30-12-1991, e na Lei 12.183, de 29-12-2005,

**Decreta:**

Artigo 1º - Ficam aprovados e fixados os valores a serem aplicados na cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, dos usuários urbanos e industriais, nas Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos Aguapeí e Peixe, nos termos do Anexo deste decreto.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 6 de julho de 2015

GERALDO ALCKMIN

*Benedito Braga*

Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos

*Edson Aparecido dos Santos*

Secretário-Chefe da Casa Civil

*Saulo de Castro Abreu Filho*

Secretário de Governo

Publicado na Secretaria de Governo, aos 6 de julho de 2015.

ANEXO

**a que se refere o artigo 1º do Decreto 61.347, de 6 de julho de 2015**